

GRAMÁTICA GERATIVA E DIALETOLOGIA DOS PRINCÍPIOS E PARÂMETROS AOS ATLAS SINTÁTICOS

Rerisson Cavalcante de Araújo

INTRODUÇÃO

Poucas áreas da ciência da linguagem pareceriam, à primeira vista, mais incomunicáveis do que a Dialetoлогия e a Gramática Gerativa. A primeira é uma área eminentemente empírica, aparentemente pouco preocupada com as especulações teóricas da linguística geral, com especial interesse pelo trabalho de campo e pelas técnicas de registro e armazenamento de formas linguísticas alternantes, dedicada especialmente ao estudo lexical e fonético e com uma concepção intrinsecamente heterogênea da linguagem humana. A segunda é um programa de investigação prioritariamente teórico e abstrato, com foco na sintaxe, e que aparentemente não se preocupa com o desempenho ou o chamado “uso linguístico real”, tendo como ideal de investigação um “falante-ouvinte ideal em uma comunidade homogênea” e como objetivo a caracterização de uma hipotética Gramática Universal que não pode ser diretamente observada.

Os estereótipos dessas duas áreas da linguística aparecem em completa oposição um ao outro. Ainda assim, desde a década de 1990, as preocupações e os métodos da Dialetoлогия e o arcabouço da Gramática Gerativa não apenas têm se conjugado, mas produzido resultados frutíferos, como nos casos dos projetos de atlas linguísticos dedicados especificamente a questões sintáticas.

Este artigo tratará dessa articulação entre a Gramática Gerativa e a Dialetologia na construção de atlas linguísticos de natureza sintática. Para isso, na seção 2, tratarei da questão geral da relação da Gramática Gerativa com o fenômeno da variação linguística; na seção 3, do desenvolvimento da perspectiva micro-paramétrica a partir do modelo de Princípios e Parâmetros e de sua articulação com a Dialetologia espacial; na seção 4, a principal parte desse trabalho, tratarei da metodologia de alguns projetos de atlas linguísticos sintáticos de línguas europeias. Por fim, na seção 5, encerro o artigo com uma avaliação sobre as contribuições da geolinguística sintática e as possibilidades para o mapeamento sintático do português brasileiro.

1. GERATIVISMO E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Uma visão bastante comum entre profissionais e estudantes de Letras é opinião de que a Gramática Gerativa “não trabalha com variação”. Não é incomum se ouvir objeções ou indagações que soam bastante estranhas aos ouvidos dos adeptos dessa teoria, como “a gerativa não trata da linguagem falada”, “não gosto da gerativa, porque não lida com a variação”, “se a gerativa não lida com a língua falada, lida com o quê, então?”.

Esse tipo de questionamento é resultado de um equívoco terminológico quanto ao conceito de *variação* e quanto à vagueza e à ambiguidade da expressão *linguagem falada*. Ocorre que a Gramática Gerativa não possui “variação” como um de seus termos técnicos da mesma forma que outras teorias. Ou seja, este não faz parte do seu conjunto de conceitos explícitos para o tratamento das propriedades sintáticas **internas a uma língua particular**. Dessa forma, muitos fenômenos que são descritos por *outras* correntes teóricas como casos de “variação linguística” simplesmente não recebem esse qualificativo no gerativismo. Assim, persiste a confusão de que a teoria simplesmente exclui de seu campo de estudo todos os fenômenos que outras teorias chamam por esse rótulo.

Um exemplo. Uma teoria variacionista pode lidar com a alternância entre as ordens VS e SV no português brasileiro (PB) (cf. (1)), descrevendo-a como um fenômeno de “variação linguística” e procurando os condicionamentos sociais e linguísticos para a escolha das *variantes* (outro termo técnico da Teoria da Variação, ausente na Teoria da Gramática).

- (1) a. A carta chegou.
b. Chegou a carta.

Para os variacionistas, este é um caso típico de variação linguística, que interessa à teoria não por si mesmo, mas pelo que pode dizer sobre o fenômeno da mudança linguística. Ao rotular a alternância em (1) como *variação*, o sociolinguista está interessado na possibilidade de traçar um processo em que uma das formas talvez venha a suplantará a outra e tornar-se ou a única alternativa disponível na comunidade ou, ao menos, a forma quase *categórica*. É esse processo de difusão das variantes por grupos sociais e contextos de uso no meio de uma comunidade de fala (em direção a uma possível mudança) que interessa à Sociolinguística.

Para o gerativista, o foco é a descrição e explicação adequada das estruturas sintáticas da língua, da sua gramática, entendida como um mecanismo mental, interno e, acima de tudo, *individual*. Diante das formas em (1), o gerativista não está interessado no qualificativo de “variação linguística”, mas se elas pertencem ou não à mesma língua, se elas são geradas pela *mesma* gramática internalizada. No par de exemplos em questão, há três situações possíveis:

- I) **UMA GRAMÁTICA, DOIS FENÔMENOS:** as duas ordens são produzidas e aceitas pelos mesmos falantes. Nesse caso, o gerativista deve tratá-las como **dois fatos sobre a mesma gramática**. A atribuição do rótulo “variação” é irrelevante ou indiferente. O teórico **deve** fornecer a caracterização adequada do estado de gramática capaz de gerar as *duas* estruturas.
- I) **UMA GRAMÁTICA, UM FENÔMENO:** apenas uma delas é produzida e julgada aceitável pelos falantes. Nesse caso, a tarefa essencial do gerativista continua bastante semelhante: fornecer a descrição e explicação adequada dessa gramática internalizada que gera uma estrutura. Mas, agora, o gramático também deve fornecer uma descrição que explicita por que a outra forma é bloqueada naquela gramática (ou em todas as gramáticas).
- I) **DUAS GRAMÁTICAS, DOIS FENÔMENOS:** ambas as estruturas são produzidas e julgadas aceitáveis, mas por grupos *diferentes* de falantes (pertencentes a grupos sociais ou regiões ou gerações diferentes etc). Nesse caso, o gramático gerativista tem diante de si a mesma tarefa delineada em II, mas agora de modo duplo. Ele deve tentar caracterizar adequadamente *duas* gramáticas distintas, uma **Gramática A**, que permite a estrutura SV, mas bloqueia VS; e uma **Gramática B**, que permite VS, mas bloqueia SV.

Para os variacionistas, todos esses casos podem ser caracterizados como variação. Por um lado, os sociolinguistas, especificamente, dariam esse rótulo para os casos I e III, pois dizem respeito à distribuição de formas em uma

mesma comunidade.¹ O caso II, porém, seria uma situação de não-variação, que dispensaria e impossibilitaria qualquer trabalho de descrição sociolinguística, por envolver comunidades distintas. Por outro lado, os dialetólogos, interessados prioritariamente na distribuição espacial de variantes, dariam especial atenção ao caso III (principalmente, se a distribuição for geográfica), que seria visto como a situação típica de variação linguística que lhes interessa analisar². O caso II também seria considerado pelos dialetólogos como variação se envolvesse uma oposição a qualquer outra localidade que se comportasse diferentemente.

Já para o gerativista, com sua perspectiva mentalista individual, a atribuição ou não do termo variação não é particularmente importante em nenhum dos três casos. Mas a equiparação dos casos I e III é especialmente problemática. No caso III, a alternância entre SV e VS simplesmente não é um fenômeno da mesma língua ou gramática, mas de gramáticas distintas entre si, diferentemente do caso I. Para o caso III, portanto, o gerativista simplesmente não pode aceitar a caracterização de variação “na língua”; essa situação poderia, no máximo, ser concebida como variação “na sociedade”, por esta conter grupos que possuem línguas/gramáticas diferentes.³ Variação linguística para o formalista, então, não é variação: seria diversidade de formas linguísticas entre línguas *diferentes*, não na mesma língua.

Aqui, chegamos ao ponto em que o termo *variação* tem seu uso mais frequente dentro das pesquisas gerativistas, que são as **ampliações do caso III**, quando lidamos com línguas *distintas* possuindo propriedades sintáticas *diferentes*. Isso fica claro quando se fala da ordem VO (Verbo-Objeto) em português *versus* a ordem OV (Objeto-Verbo) em japonês, ou quando lidamos com a diferença entre

¹ Note-se, porém, que, se o caso III ocorrer em regiões, comunidades, cidades ou países distintos, ainda que oficialmente falantes da mesma língua, não teremos um caso de variação para o sociolinguista, mas, como apontado à frente, o teremos para o gerativista.

² Embora, tradicionalmente, os dialetólogos se interessem mais por variação fonética e lexical.

³ Há, ainda, uma confusão mais pueril quanto ao conceito de variação, que é a ideia de que esta não consistiria na alternância entre quaisquer duas ou mais formas, mas apenas nos fenômenos da linguagem não-padrão. Assim, entre os exemplos (i) e (ii), abaixo, o caso (i) é considerado erroneamente como “a forma padrão” e o caso (ii) como “a variação linguística”.

(i) Os meninos saíram.

(ii) Os menino saiu.

Nessa situação, não temos mais um conceito de *variação*, mas uma simples incompreensão do conceito variacionista de variação. Infelizmente, apesar de sua falta de valor teórico, é perceptível que esta confusão está presente entre muitos estudantes de Letras e de línguas que se formam em nossas universidades.

SVO em (algumas) línguas românicas e V2 em (algumas) línguas germânicas, pois não existe o risco de considerar esses fenômenos como alternâncias internas à mesma língua. Mas também se aplica a casos de diferenças gramaticais entre o que apenas politicamente pode ser considerado como uma única língua, como no caso do português brasileiro (PB) e do português europeu (PE); ou do espanhol platense e do europeu etc., em que, apesar da nomeação política, podemos facilmente conceber que estamos lidando com gramáticas/línguas ligeiramente distintas. Nas palavras de Benincà e Poletto:

[...] language variation can itself be conceived as the result of processes that follow logical patterns, and produce only grammars that are submitted to general principles, thus revealing the universal grammar lying behind it. (BENINCÀ; POLETTI, 2007, p. 36).

Curiosamente, esses casos de diferenças sintáticas entre línguas diferentes são justamente aqueles que não receberiam na Sociolinguística o rótulo de variação (pois não ocorrem na mesma comunidade de fala), mas são os exemplos típicos dos fenômenos que os gerativistas considerariam como variação linguística. Assim, em resumo, o sociolinguista utiliza o termo variação para os casos de (i) alternância de formas por parte dos **mesmos indivíduos** falantes da **mesma língua** na mesma comunidade; (ii) alternância de formas na **mesma comunidade** de fala. O dialetólogo utiliza o termo para a alternância de formas em indivíduos diferentes de **comunidades distintas** da **mesma língua**. E o gerativista utiliza o mesmo termo para os casos de (i) diferenças entre **línguas distintas**; (ii) alternância de formas entre (grupos de) falantes **diferentes** da mesma língua, que podem ser considerados como portadores de gramáticas distintas.

Apesar dessa diferença no conceito de variação para a teoria gerativa e para as abordagens variacionistas, esse conceito foi o ponto que permitiu a aproximação entre o gerativismo, primeiramente, com a Sociolinguística e, posteriormente, com a Dialetologia espacial, como veremos nas próximas seções.

2. GRAMÁTICA GERATIVA E DIALETOLOGIA

2.1 O modelo de microparâmetros

A articulação dos pressupostos da Gramática Gerativa com os da Sociolinguística é bastante conhecida sob o nome de Sociolinguística Paramétrica, mas a

discussão sobre esse tipo de abordagem está fora dos objetivos desse artigo (re-meto o leitor a BORGES NETO, 1989), que focará na relação entre gerativismo e Dialetoлогия espacial.

A incursão da Gramática Gerativa no campo da Dialetoлогия espacial pode ser vista como um desenvolvimento natural (i) de sua preocupação com a sintaxe comparada e (ii) do desenvolvimento do Programa Minimalista.

O objetivo último da Gramática Gerativa é desenvolver uma teoria sobre o formato da Gramática Universal (GU), que deve ser compatível tanto com o que há de universal quanto com o que há de particular e *diferente* em cada língua. A caracterização adequada da GU abrange, então, a identificação dos **limites de variação** que as línguas exibem, que são tidos como (possibilidades e) restrições impostas pelo próprio formato da Faculdade da Linguagem. Disso decorre a importância dos conceitos de Princípios e Parâmetros na teoria gerativa. Eles não foram forjados apenas com o objetivo de serem rótulos para a classificação de propriedades universais e particulares, mas serem uma ferramenta para auxiliar na captação de conjuntos de propriedades que estejam relacionadas entre si — seja por se manifestarem sempre simultaneamente (resultando, talvez, da uma mesma propriedade abstrata, de um mesmo valor paramétrico), seja por serem necessariamente opostas (resultando de valores paramétricos opostos).

Assim, por exemplo, a formulação original do Parâmetro do Sujeito Nulo não tinha o objetivo de descrever apenas a possibilidade ou impossibilidade de se omitir o sujeito, mas captar (pelo menos) quatro propriedades que seriam relacionadas entre si: (i) a omissão/realização do sujeito pronominal referencial; (ii) a omissão/realização do sujeito não-referencial; (iii) a inversão livre do sujeito; (iv) o efeito *that-trace*.

Na investigação sobre os possíveis Parâmetros e Princípios postulados pela pesquisa teórica, a comparação de dados de línguas distintas é essencial. Essa necessidade é a primeira janela de abertura da pesquisa gerativista para a pesquisa dialetal, uma vez que a investigação de línguas ou dialetos muito próximos entre si é um excelente campo de pesquisa para a verificação do comportamento paramétrico e a identificação dos limites de variação sintática. A perspectiva paramétrica clássica tem o pressuposto de que os parâmetros linguísticos devem ser em número restrito, para que possam dar conta da rapidez da aquisição da linguagem pelas crianças.

Mas a interação entre teoria gerativa e pesquisa dialectal se inicia, de fato, a partir do desenvolvimento da perspectiva **microparamétrica**, que é, em parte, consequência de aspectos da visão minimalista quanto à marcação das proprieda-

des sintáticas. A tese minimalista importante aqui é a ideia de que os parâmetros não dizem respeito ao funcionamento do chamado *sistema computacional* da linguagem humana. Este seria invariante, com operações (por exemplo, *Merge*, *Move*, *Copy*, *Agree* etc.) que se aplicam em todas as línguas da mesma forma. Por exemplo, se há uma operação de *Move(ment)*, esta não teria propriedades distintas em cada língua, mas seria aplicada sempre que houvesse o traço, a propriedade ou a configuração relevante para a sua aplicação.⁴

Nessa perspectiva, a hipótese é que a variação estrutural entre as línguas se daria, essencialmente, na morfologia de cada língua, no léxico não-substantivo, ou seja, entre as categoriais funcionais. Assim, uma categoria como T^o (Tempo) poderia, por exemplo, possuir ou não possuir um traço [D] (Determinante), que exigiria o movimento, uma categoria DP para entrar em relação de concatenação/*merge*, produzindo o movimento de um dos argumentos do VP (na sintaxe visível) para seu especificador, gerando a ordem SV.

A transferência do lócus da variação paramétrica para o léxico, o lugar das idiosincrasias, abre a possibilidade para uma multiplicação indefinida do número de parâmetros. Cada categoria funcional é potencialmente uma fonte de variação paramétrica. Sacrifica-se, então, a noção de parâmetro como um conjunto inter-relacionado de propriedades e passa-se à investigação de diferenças sintáticas mínimas entre as línguas. Para essa tarefa, além da comparação entre línguas diferentes, entra em jogo também a comparação de dialetos, entendidos como línguas muito próximas entre si.

Essa incursão dialetal tem dois objetivos: (i) testar hipóteses teóricas sobre os limites de variação sintática entre as línguas, ou seja, sobre os tipos de gramáticas possíveis; (ii) descobrir mais fatos sintáticos sobre as línguas. Ao apresentar a justificativa teórica para a elaboração de um atlas sintático do norte da Itália, Benincà e Poletto afirmam que:

Dialectology constitutes a privileged observation point for determining language variation, just because it studies minimally different systems. As such, it is as close as possible to a scientific experiment where variables (intended as differences in grammar) are controlled and few independent factors interfere with the study of a single grammatical property. (BENINCÀ; POLETO, 2007, p. 36).

⁴ Por exemplo, quando houvesse um traço formal não-interpretável que precisasse ser checado antes das interfaces fonética e semântica, em uma implementação baseada em eliminação de traços não-interpretáveis. As diferenças notacionais e/ou substantivas entre implementações diferentes do minimalismo (movimento por eliminação de traços não-interpretáveis, movimento por *Agree* mais EPP, etc.) não são relevantes para essa exposição.

2.2 A sintaxe dialetal

O interesse de gerativistas por Dialectologia se funda na concepção de que a língua não é uma entidade abstrata, que se encontra “acima dos indivíduos”, mas uma entidade mental, individual. A princípio, essa concepção mentalista e, sobretudo, individual da linguagem pode parecer oposta e incompatível com a preocupação dialetal, mas não o é inteiramente. É justamente o caráter individual da gramática que livra a gerativa do compromisso de que o sistema linguístico seja homogêneo em uma sociedade, em um estado, em um país como um todo. Nada impede que a gramática do indivíduo A seja ligeiramente diferente daquela de um indivíduo B, que pertence à mesma unidade político-administrativa e que fala o que é, oficialmente, considerado o mesmo idioma.

Como a gramática interna(lizada) se forma a partir da interação da GU com os dados linguísticos primários (DLP), e como os DLP refletem apenas indiretamente as estruturas linguísticas mentais, nada garante que a gramática internalizada adquirida por falante em Salvador seja exatamente igual à gramática adquirida por um falante em Florianópolis ou em Manaus. A rigor, nada garante que dois falantes soteropolitanos desenvolvam uma gramática internalizada 100% igual. Assim, a caracterização individualista da gramática abre espaço para uma variação indefinida na distribuição de gramáticas pela comunidade social.

Podemos trabalhar com a hipótese de que a proximidade geográfica, o fato de se viver na mesma comunidade de fala etc., contribui para a semelhança dos DLP e, assim, para a probabilidade de maior proximidade entre as gramáticas dos indivíduos. A distância geográfica, assim, não determina diferenças de gramática, mas pode torná-las mais prováveis.

Um ponto muito importante a se considerar é que a articulação entre Gramática Gerativa e Dialectologia também recupera a motivação original da constituição da ciência dialetal, dos métodos geolinguísticos e da criação de atlas linguísticos, que é a verificação empírica de hipóteses da linguística teórica. O desenvolvimento da Dialectologia, no século XIX, esteve intimamente ligado à testagem da hipótese neogramática sobre a absoluta uniformidade da aplicação das leis fonéticas, que não possuiriam exceções além das falsas irregularidades causadas por empréstimos linguísticos, analogia ou por influência de processos de standardização. A investigação de dados de dialetos rurais isolados era, em parte, uma maneira adequada de verificar a validade de tal hipótese, ao se focar em variedades linguísticas com menos influência dos processos de empréstimos linguísticos e de standardização. Depois que os dados dialetais ajudaram a invalidar a hipótese neogramática, a Dialectologia se afastou das preocupações

com hipóteses abstratas da linguística geral⁵, uma vez que estas não pareciam contribuir para o estudo da variabilidade linguística com que a disciplina lidava.

Nesse quadro, além de diversas pesquisas específicas voltadas para analisar fenômenos linguísticos em dialetos ou línguas muito próximas, a preocupação microparamétrica levou a realização de empreendimentos de natureza especificamente geolinguística, voltados para a tentativa de construção de atlas linguísticos de natureza sintática, como veremos na próxima seção.

3. OS ATLAS SINTÁTICOS

Tradicionalmente, os trabalhos da geolinguística e os atlas linguísticos estão voltados para a descrição de fenômenos de natureza fonética, lexical e morfológica. O nível sintático sempre foi pouco desenvolvido nesse tipo de empreendimento, por um conjunto de fatores. Primeiramente, o próprio desenvolvimento de teorias e pesquisas sintáticas robustas é tardio na história da linguística em relação às pesquisas e teorias sobre fonética, fonologia, léxico e morfologia. A própria Gramática Gerativa só surge em meados da década de 1950, quando a geolinguística já tinha mais de meio século de vida.

Em segundo lugar, a pesquisa geolinguística se inicia no século XIX, tendo como um de seus objetivos testar hipóteses com relação à realidade fonética, mais especificamente quanto à natureza da mudança sonora, levantadas pela gramática histórico-comparativa e pelo movimento neogramático. Para esse objetivo fonético, a coleta de informações lexicais era ao mesmo tempo um pré-requisito e um complemento natural, dado o fato de que a irregularidade de distribuição de algum traço fonético poderia estar associada a fatos lexicais, como empréstimos de uma área para outra, neologismos, desuso de certas formas ou a perda de distinção entre termos foneticamente semelhantes como consequência de alterações sonoras.

Em terceiro lugar, os próprios instrumentos de pesquisa desenvolvidos pela geolinguística não se adéquam tão facilmente à pesquisa sintática. A aplicação oral ou escrita de questionários previamente elaborados, em que se coletam respostas curtas, que, geralmente, correspondem a itens ou expressões lexicais

⁵ “The first reaction of the dialect geographers seems to have been a profound suspicion of linguistic theorising under almost any guise. This came about partly because general linguistic theories shed very little light on the kind of variability that dialectologists encountered in their field studies. In any case, dialect geography, for much of its history, scarcely involved itself with general linguistic issues. Some of its practitioners became preoccupied with the study of minutiae that could hardly affect our understanding of language as human knowledge.” (cf. CHAMBERS; TRUDGILL, 1998, p. 15).

específicas, não pode ser estendida para a pesquisa sintática sem considerável adaptação. A esse respeito:

In 1994, Werlen presented an astucious analysis of the malaise preventing prosperous research in dialect syntax at that time. He diagnosed that the traditional dialectologist's methods weren't suitable to describe syntax. Written questionnaires, the translation of orally given word lists in interviews, the reading out of texts or word lists, the so called *conversation dirigée* or the reporting of events: each one of these methods produced some results but not the desired data set for syntax (Werlen 1994: 52). (GLASER; BUCHELI BERGER; SEILER, 2012, p. 97).

Os projetos com articulação entre teoria da gramática e geolinguística a partir da década de 1990 invertem isso, dedicando-se exclusivamente ao nível sintático. Essa articulação não se dá apenas na mudança de foco sobre o nível de estrutura da língua a ser analisado.

O objetivo dos atlas sintáticos não é apenas marcar a distribuição de um fenômeno ou estrutura específica ao longo de um território. Quando falamos de variação lexical, um item de vocabulário “A” ocorrendo em duas localidades distintas pode ser considerado, em certo sentido, a *mesma* unidade lexical.⁶ Não ocorre assim com um fenômeno sintático. Um sujeito nulo ou uma inversão VS em uma língua ou dialeto pode possuir características muito diferentes do seu suposto equivalente em outra língua/dialeto.

Tomemos o exemplo das estruturas de negação sentencial no PB e no PE. A estrutura com dois marcadores negativos (um pré-VP e outro pós-VP), como em (2), está presente nos dois dialetos/línguas (apesar de os linguistas terem, por muito tempo, considerado que ela era exclusiva do PB). Entretanto, elas possuem propriedades bem diferentes entre si. Cavalcante (2007, 2012) mostra que [não VP não] ocorre no PB em declarativas, interrogativas polares e imperativas, em sentenças matrizes e em subordinadas completivas, mas não ocorre em interrogativas QU e em subordinadas não-completivas. Já Martins (2010, 2012) e de Pinto (2010) mos-

⁶ Aqui há, claramente, uma simplificação da questão. Uma pesquisa dialetal/geolinguística influenciada pelo estruturalismo e pela teoria dos campos lexicais negaria esse pressuposto, pois seria necessário verificar como esse item lexical está relacionado com os demais itens do mesmo campo, a que elementos ele se opõe. Uma mesma forma lexical poderia ocorrer em duas regiões com mais ou menos o mesmo significado referencial, mas ter valores bastante diferentes (cf. WEINREICH, 1954 para a discussão equivalente no campo fonético-fonológico). Entretanto, essa perspectiva estruturalista não é dominante na geolinguística. Mesmo as pesquisas que entram na descrição pormenorizada das relações lexicais em dialetos distintos não deixam de considerar que a mesma forma ocorrendo em diferentes dialetos com valores distintos ainda é, em certo sentido, o mesmo item lexical.

tram que, no PE, [não VP não] ocorre exclusivamente em sentenças declarativas matrizes. Em todos os demais contextos (interrogativas polares e QU, imperativas e subordinadas, mesmo completivas), essa negativa sentencial é inaceitável.

(2) João **não** foi ‘pra’ aula hoje **não**.

Uma caracterização adequada da distribuição geolinguística de [não VP] e [não VP não] nos diferentes dialetos do português não pode apenas mostrar os pontos do território brasileiro e do lusitano em que essas estruturas aparecem, mas deve mostrar os domínios sintáticos e semânticos em que essas formas ocorrem. É o que tenta fazer Cavalcante (2016; em preparação) ao examinar a distribuição da negação pós-verbal na região Sul do Brasil a partir dos dados do *Projeto Atlas Linguístico do Brasil*.

Outro exemplo pode ser visto no fenômeno dos complementos dativos sem preposição em diferentes dialetos brasileiros. Scher (1996) mostrou que, na Zona da Mata de Minas Gerais, a ausência da preposição em dativos é perfeitamente aceitável, seja na ordem $V + DP_{\text{tema}} + DP_{\text{dativo}}$ ou na ordem $V + DP_{\text{dativo}} + DP_{\text{tema}}$, como nos exemplos em (3):

(3) Dialeto mineiro

- a. João deu um livro o pai.
- b. João deu o pai um livro.

O fenômeno já chama a atenção por não apresentar a restrição de adjacência do dativo ao verbo, como ocorre em outras línguas, como o inglês, o que levanta, de imediato, a questão sobre se estaríamos lidando com o mesmo evento conhecido como “construções de duplo objeto” ou com um fenômeno distinto. Mas o ponto importante aqui não é a diferença entre o dialeto mineiro e o inglês, e sim a variedade entre dialetos distintos dentro do próprio PB. Cavalcante (2009) e Cavalcante e Barros (2012) defendem que a ausência da preposição também ocorre em Helvécia (BA), mas com características diferentes: o dativo ocorre sem preposição apenas em adjacência ao verbo, o que é um indício de que o fenômeno é qualitativamente distinto em Helvécia e na Zona da Mata. O que é, aparentemente, o mesmo traço morfossintático (ausência da preposição em dativos) pode, na verdade, ser gerado por diferentes gramáticas subjacentes, por diferentes valores paramétricos ou microparamétricos.

Mais do que isso, Scher (1996) havia apontado a existência de uma restrição à queda da preposição no dialeto mineiro, que – parece-me – não tem recebido a devida atenção em outros estudos sobre o fenômeno, que é a impossibilidade

da queda da preposição diante de quantificadores e indefinidos, como exemplificado em (4). Com base nisso, Cavalcante (2009) defende que a ausência da preposição “a” em Minas Gerais está condicionada à adjacência entre o núcleo preposicional e elementos de natureza D^o (sejam determinantes ou pronomes pessoais). O ponto principal nesse caso é a investigação da distribuição da queda da preposição dativa nos dialetos do português, que não pode, então, apenas identificar as localidades em que a omissão é possível, mas deve verificar se as restrições são as mesmas nos diferentes locais, de modo a confirmar ou negar hipóteses como essas.

- (4) a. O Marcos deu *(a) todos os seus irmãos um presente.
b. A Maria enviou *(a) alguns de seus amigos o seu convite de casamento.
(SCHER, 1996, p. 41-42).

Assim, a pesquisa em sintaxe dialetal tem como tarefa identificar as isoglossas de distribuição dos fenômenos sintáticos, mas também verificar as restrições e condicionamentos estruturais a que estes estão submetidos. Adicionalmente, deve buscar descobrir novos fenômenos que não sejam conhecidos de antemão.

É justamente esse tipo de diferenças nas propriedades sintáticas que é o foco da perspectiva comparativista da sintaxe gerativa, em seu modelo paramétrico ou microparamétrico. E é esse foco que traz uma contribuição importante para a constituição dos atlas sintáticos em parceria com a Dialectologia.

Assim, diferentemente dos atlas linguísticos tradicionais e modernos, os atlas especificamente sintáticos não têm como objetivo apontar os locais de presença e ausência dos fenômenos ou das variantes de um fenômeno, mas identificar o “domínio de variação” (cf. BENICÀ; POLETTI, 2007), ou seja, os contextos sintáticos e semânticos de distribuição do fenômeno a ser documentado.

Outro aspecto em que os atlas sintáticos diferem dos não-sintáticos está diretamente relacionado ao ponto anterior, quanto à investigação do domínio estrutural de ocorrência do fenômeno. Para isso, é necessário mais do que o levantamento de informações positivas em relação aos usos linguísticos em cada local, mas informações negativas sobre as estruturas inaceitáveis ou marginais. Ou seja, atlas sintáticos precisam, necessariamente, aplicar ou se basear em *testes de aceitabilidade* das formas por parte dos informantes.

O casamento da Gramática Gerativa e a Dialectologia é, portanto, proveitoso para as duas áreas dos estudos linguísticos. A sintaxe gerativa acede a técnicas para o acesso a um volume muito maior de dados linguísticos, que permitem a verificação de hipóteses e a descoberta de novos fenômenos. A Dialectologia tem

sua metodologia enriquecida através de recursos que abrem a possibilidade de investigação de outro nível de estruturação da língua.

Em resumo:

- I) A articulação entre Geolinguística e Gramática Gerativa produz projetos em que há mudança de foco no nível de análise linguística.
- II) O mapeamento sintático não se limita à identificação da presença *versus* ausência do fenômeno em certos pontos do território, mas busca a caracterização da distribuição desse fenômeno pelos diversos contextos estruturais (sintáticos e semânticos) em que pode ou não ocorrer.
- III) Os dados negativos assumem uma grande importância.
- IV) É necessário adotar testes de reconhecimento de formas e de aceitabilidade em vez do formato tradicional de perguntas indiretas.

Veremos, nas próximas subseções, informações sobre projetos de atlas linguísticos sintáticos e como eles tentaram lidar com esses problemas. Tratarei de projetos específicos:

- I) Atlas Sintático dos Dialectos Holandeses (SAND)
- II) Atlas Sintático da Itália Setentrional (ASIS)
- III) Atlas Sintático do Espanhol (ASinEs)

3.1. Atlas Sintático dos Dialectos Holandeses (SAND)

O *Syntactische Atlas van de Nederlandse Dialecten* (Atlas Sintático dos Dialectos Holandeses), abreviado SAND (cf. BARBIERS et al., 2007), é resultado de um grande projeto de levantamento de dados de 267 dialetos holandeses, não apenas na Holanda, mas também em partes da Bélgica e da França.⁷

Os informantes consultados possuíam entre 55 e 70 anos e pertenciam à classe média baixa. Esse critério de seleção mostra uma aproximação com a metodologia mais tradicional da geolinguística, que priorizava informantes mais velhos, com menor escolaridade e menor mobilidade, de modo a coletar aspectos característicos dos dialetos locais. Ao mesmo tempo, o critério se distancia da geolinguística moderna, que, influenciada pela Sociolinguística, busca uma abordagem pluridimensional, em que predomina a tendência para a escolha de informantes com perfis sociais e faixas etárias diferentes.

⁷ O site do projeto pode ser acessado em: <<http://www.meertens.knaw.nl/sand/zoeken/index.php>>. Sua versão *online* também é chamada de DynaSAND – *Dynamische Syntactische Atlas van de Nederlandse Dialecten* (Atlas Sintático Dinâmico dos Dialectos Holandeses).

Segundo Barbiers et al. (2007), a pesquisa para o atlas focou em fenômenos de quatro domínios sintáticos:

- (a) periferia esquerda da sentença.
- (b) periferia direita da sentença.
- (c) negação e quantificação.
- (d) referência pronominal.

Dentre os fenômenos investigados, estão: concordância no complementizador; redobro do complementizador; redobro do pronome sujeito; sentenças relativas e QU; ordem de palavras em compostos verbais; morfossintaxe verbal; concordância negativa; partículas negativas; distribuição de pronomes e reflexivos.

Para a coleta de dados positivos e negativos sobre esses fenômenos, a metodologia do projeto adotou os seguintes recursos: coleta de dados por múltiplas formas, incluindo telefone e correio; aplicação de testes de reconhecimento da existência e da frequência de formas sentenciais. Desse modo, os dados foram levantados através de três instrumentos de coleta, aplicados em três fases distintas do projeto:

- (i) questionários por correio.
- (ii) entrevistas orais.
- (iii) entrevistas por telefone.

Segundo Barbiers et al. (2007), **questionários aplicados por correio** representaram uma fase preliminar da pesquisa, em que foi realizado um estudo inicial para se obter uma primeira impressão quanto à distribuição das variáveis. Nessa fase, 424 sentenças-testes foram apresentadas a 368 informantes, gerando cerca de 156 mil respostas.

A principal fonte dos dados para o DynaSAND foram as **entrevistas orais**, conduzidas *in loco*. Estas proporcionaram cerca de quarenta e cinco mil respostas. Além disso, antes de cada entrevista, há dez minutos de diálogo no dialeto local, conduzido de modo a criar um clima de maior espontaneidade na condução dos inquéritos, mas que também constituem uma fonte adicional de dados para registro e análises.

Já as **entrevistas por telefone** ocorreram em um momento posterior ao levantamento principal dos dados, com o propósito específico de perguntar novamente por dados não obtidos nas entrevistas orais. Para isso, foram elaboradas novas perguntas, para a complementação dos paradigmas levantados. As consultas por telefone proporcionaram 26 mil respostas (105 sentenças teste aplicadas a 252 dialetos).

Quanto ao método de indução das respostas, a metodologia do projeto (para os três instrumentos de coleta) consistiu na apresentação de sentenças formuladas em holandês padrão, para que os falantes nativos de cada localidade (i) ou traduzissem para seus dialetos locais (ii) ou informassem se elas ocorriam (produtivamente, raramente) no dialeto local.

A figura 1, a seguir, exemplifica o formato das perguntas voltadas para os informantes identificarem a ocorrência ou não no seu dialeto dos tipos de frases/fenômenos investigados.

In some dialects we encounter sentences such as:

Misschien ga'k 'et (e) (k) ik wel krijgen

Betekenis: Misschien gaik het wel krijgen

meaning: "maybe, I'll get it"

(i) Do you encounter sentences such as (1) in your local dialect?

Yes/No

Fig. 1: Teste de julgamento de aceitabilidade aplicado no SAND. Fonte: Barbiers et al. (2007).

figura 2 exemplifica o instrumento para a identificação da produtividade ou frequência relativa entre diferentes construções.

		Encounter	Uncommon-common
a.	<i>Ik weet dat Jan hard moet kunnen werken</i> I know that Jan hard, must, can, work	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
b.	<i>Ik weet dat Jan hard moet werken kunnen</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
c.	<i>Ik weet dat Jan hard kunnen moet werken</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
d.	<i>Ik weet dat Jan hard kunnen werken moet</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
e.	<i>Ik weet dat Jan hard werken kunnen moet</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5
f.	<i>Ik weet dat Jan hard werken moet kunnen</i>	yes/no	1 - 2 - 3 - 4 - 5

Fig. 2: Teste de julgamento relativo. DynaSAND. Fonte: Barbiers et al. (2007).

3.2. Atlas Sintático da Itália Setentrional (ASIS)

O ASIS — *Atlante Sintattico dell'Italia Settentrionale* (Atlas Sintático da Itália Setentrional) é um projeto do Centro di Studio per la Dialettologia Italiana, da Universidade de Pádua, sob a coordenação da professora Paola Benincà.⁸ De acordo com Benincà e Poletto (2007), a elaboração do ASIS foi guiada pelas seguintes preocupações quanto ao levantamento e comparação dos dados:

- (i) Coleta de dados comparáveis entre si.
- (ii) Controle dos dados agramaticais.
- (iii) Acesso a informações sobre eventual opcionalidade nos fenômenos.
- (iv) Acesso a dados de interface entre fonologia e morfologia.
- (v) Controle de informações sobre etimologia de termos relevantes.
- (vi) Acesso a dados de interface entre semântica e pragmática.

Foi elaborado, inicialmente, um primeiro *questionário geral*, contendo cerca de 107 sentenças para testar a distribuição e a aceitabilidade dos sujeitos clíticos em diferentes contextos (negação, interrogação, exclamação, relativas, com verbos principais e auxiliares; em combinação com vários tipos de sujeitos: nulos resultantes de traços de movimento QU, pronomes tônicos, DPs definidos e indefinitos, quantificadores, em posição pré- e pós-verbal).

A comparação e o controle de dados gramaticais e agramaticais recebeu bastante importância na elaboração dos métodos do ASIS. Dessa forma, segundo as autoras, o questionário geral, mesmo focando um fenômeno específico, proveria informações sobre vários outros fenômenos, como: tipo sentencial, morfosintaxe de itens QU; negação sentencial; a sintaxe e o léxico dos quantificadores; o sistema verbal de tempo e modo.

Esse primeiro questionário foi escrito e aplicado a linguistas, falantes dos dialetos a serem examinados, para *feedback* e refinamento das questões. Depois, elas foram apresentadas aos demais informantes, que deveriam traduzi-las para o seu dialeto nativo. A seguir, a título de amostra, as cinco primeiras sentenças do primeiro questionário:

⁸ Demais integrantes do projeto: Alessandra Giorgi, Cecilia Poletto, Davide Bertocci, Diego Pescarini, Giorgio M. Di Nunzio, Jacopo Garzonio, Laura Bafile, Laura Vanelli, Leonardo Savoia Florence, Maria Rita Manzini, Mariachiara Berizzi, Maristella Agosti, Massimo Vai, Michela Cennamo, Nicola Munaro, Silvia Rossi. Endereço eletrônico do projeto: <<http://asit.maldura.unipd.it/>>.

1. Il direttore è arrivato
2. Me li sono letti tutti.
3. I commercianti hanno aumentato i prezzi.
4. Ci siamo vestiti in fretta.
5. Gli devo parlare subito, (a Mario).

Posteriormente, foram elaborados dois outros *questionários gerais*, voltados para testar os seguintes fenômenos: clíticos objetos e grupos de clíticos; seleção de auxiliares; modais e modalidade; complementação.

Ao final, de acordo com as informações disponíveis no *site* oficial do projeto, o ASIS contou com a aplicação de sete questionários diferentes. O segundo questionário contou com 127 questões; o terceiro, com 72; o quarto, com 73 questões; o quinto, com 66; o sexto, com 53; e o sétimo, com 79. Os três últimos questionários foram dedicados, respectivamente, ao comportamento da exclamação, dos imperativos e da negação. A seguir, as cinco primeiras sentenças dos questionários 5, 6 e 7:

Questionário 5 (exclamação)

1. Che bel libro ha scritto!
2. Cosa non è saltato fuori!
3. Chi non è andato a quella festa! (nel senso di: “Ci sono andati proprio tutti!”)
4. Vedessi quanto scrive male!
5. Cosa erano disposti a fare (per ottenere quel posto)!

Questionário 6 (imperativos)

1. Lo prenda pure, signor Antonio!
2. Ne prenda pure anche il vostro amico.
3. Prendine pure.
4. Prendetene pure.
5. Lo prendano pure, signori.

Questionário 7 (negação)

1. Oggi Carlo non viene, ma domani sì.
2. Non vogliono andarci.
3. Carlo non mangia la frutta.
4. Carlo non ha mangiato la frutta.
5. Non fa mica freddo qui!

Esses questionários mais específicos foram aplicados aos informantes oralmente, de modo a controlar a interação entre aspectos sintáticos, semânticos e, principalmente, pragmáticos, uma vez que:

Written questionnaires are perfectly adequate to investigate obligatory phenomena, but optional phenomena do not always surface in written questionnaires, or they may surface in a non-systematic way. In other words, optionality needs to be resolved before firm empirical generalizations can be drawn. (BENINCÁ; POLETTI, 2007, p. 40).

A aplicação destes resultou também na descoberta de vários novos fenômenos, envolvendo, por exemplo, partículas sentenciais e tipo oracional; QU *in situ* e redobro de QU; *do*-suporte em interrogativas matrizes; tipos distintos de marcadores negativos pré- e pós-verbais.

A partir dos fatos documentados por meio dos questionários gerais, foram construídos questionários especiais, para levantar as restrições e condicionamentos sintáticos dos fenômenos descobertos.

3.3. Atlas Sintático do Espanhol (ASinEs)

Um empreendimento mais recente em sintaxe dialetal é o projeto para a elaboração do ASinEs, o *Atlas Sintático del Español*, coordenado por Ángel J. Gallego, da Universidade Autônoma de Barcelona.⁹ Também no ASinEs, há uma busca explícita pela conjugação da Gramática Gerativa e da Geolinguística, como apontam Cerrudo et al. (2015).

A metodologia desse projeto, ao menos nessa fase inicial de execução, se afasta das opções adotadas nos dois atlas descritos anteriormente, pois se baseia no levantamento de dados geográficos, não diretamente através de novos instrumentos de coleta, mas na coleta de variação sintática registrada na literatura linguística acadêmica.

Segundo Cerrudo et al. (2015), a primeira fase é a constituição de base de dados a partir de fatos linguísticos registrados em gramáticas de referência do espanhol, em teses, monografias e artigos publicados. Dessa forma, os dados positivos e negativos sobre os fenômenos são conseguidos indiretamente, uma vez que foram controlados nos estudos e descrições particulares.

Dentre as fontes de levantamento de dados para esse atlas, encontram-se:

⁹ Equipe: Ángel J. Gallego, Maria Bañeras, Alba Cerrudo, Maria Pilar Colomina, Ana Estrada, Carlota de Benito, Irene Fernández Serrano, María Jesús Machuca, Samanta Planells. *Site*: <<http://www.asines.org>>.

- (i) atlas linguísticos: o *Atlas Lingüístico y Etnográfico de Castilla la Mancha*; o *Atlas Lingüístico de Chile*; o *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*.
- (ii) *corpora*: o *Corpus de Referencia del Español Actual*; o *Corpus del Español del Siglo XXI*; o projeto Varigrama (Variación Gramatical del Español en el Mundo); o *Corpus Oral y Sonoro del Español Rural*; o projeto ESLORA (El *Corpus* para el Estudio Del Español Oral).
- (iii) gramáticas de referência: a *La Nueva Gramática de la Lengua Española* (2009-2011); *La Gramática Descriptiva de la Lengua Española* (1999).

Essa opção tem a vantagem de possibilitar a elaboração de cartas linguísticas em um prazo bem mais curto e com um custo financeiro bastante reduzido em relação ao procedimento usual de elaboração de atlas, a partir de novos dados coletados especificamente para este fim. Por outro lado, tem a desvantagem da perda da sistematicidade das comparações, uma vez que os diferentes estudos tomados como referência podem ter se concentrado em aspectos distintos dos fenômenos. Também há o ponto negativo de não possibilitar a descoberta de novos fenômenos como fruto justamente do trabalho de campo.

De qualquer modo, esse procedimento faz parte apenas da primeira etapa de constituição do ASinEs. Como apontam Cerrudo et al. (2015), as fases posteriores do projeto preveem a ampliação do banco de dados pela realização de trabalho de campo por meio de entrevistas e aplicação de questionários, bem como a consulta a *corpora* variados que tenham codificação da informação sintática e levantamento de dados de redes sociais.

5 CONCLUSÕES

Meu objetivo neste artigo foi apresentar como duas áreas aparentemente bastante opostas dos estudos linguísticos – a pesquisa gerativa e a pesquisa dialetal – puderam articular-se para o desenvolvimento de pesquisas de Dialetologia gramatical, com a elaboração de atlas linguísticos de natureza sintática.

Para isso, abordei aspectos da evolução da concepção de variação trans-linguística na Gramática Gerativa, através do desenvolvimento da perspectiva paramétrica e microparamétrica, que serviu de ponte para a busca de comparação de dados de dialetos próximos, fonte da articulação com a metodologia dialetal. Tratei também de como esse novo objetivo de produzir uma sintaxe dialetal e elaborar atlas linguísticos sintáticos levou à adaptação dos métodos geolinguísticos tradicionais, com a necessidade de uma ênfase sobre os julgamentos de aceitabilidade dos falantes sobre os dados e da coleta de dados negativos sobre as variedades. Apresentei três exemplos de atlas sintáticos de línguas europeias, para ilustrar como esses objetivos foram buscados em cada caso.

Esse quadro internacional de desenvolvimento de atlas sintáticos levanta a questão sobre a necessidade ou não de uma articulação entre os linguistas formalistas e os dialetólogos brasileiros para a elaboração de um atlas sintático do Brasil, tendo em vista: (i) a forte tradição de pesquisa dialetal no Brasil, com a existência de diversos projetos de atlas regionais em execução recente, além do próprio *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB); (ii) a existência de diversos grupos de pesquisa bastante atuantes em sintaxe gerativa sobre o português brasileiro, em comparação com o português europeu e outras línguas; (iii) as dimensões continentais do território brasileiro, diante das quais uma descrição adequada das propriedades do português exigiriam pesquisas sistemáticas e comparáveis das variedades linguísticas de diversas regiões.

Esse tema não poderá ser explorado em detalhes no espaço que resta desse artigo (cf. CAVALCANTE, no prelo, a respeito), mas seguintes pontos devem ser levados em consideração, seja em favor ou contra a ideia de necessidade de criação de um atlas nacional especificamente sintático: (i) o fato de os chamados dialetos examinados nos atlas sintáticos europeus corresponderem muito mais a línguas distintas, porém muito aparentadas, do que a dialetos de uma única língua no sentido em utilizados aqui no Brasil, ao falar de dialeto baiano e carioca, por exemplo; (ii) o fato de que o português no Brasil está em processo de diferenciação regional há muito menos tempo do que as línguas examinadas nos atlas citados na seção 4; (iii) o fato de que alguns linguistas consideram que a variação gramatical no português brasileiro é muito mais social (entre as classes altas *versus* baixas) do que geográfica; (iv) por outro lado, existe o fato de que um dos principais fatores de diferenciação regional no Brasil é a prosódia e também o sotaque, e isso pode influenciar nas propriedades semânticas e sintáticas das construções gramaticais, atribuindo valores funcionais diferentes a fenômenos aparentemente homogêneos; (v) a existência de muitas áreas de contato linguístico do português com línguas indígenas, com línguas de imigração e com o espanhol, pode ser um fator importante de diferenciação gramatical entre as diversas regiões.

Fatores como esses devem ser levados em consideração para uma avaliação e uma decisão sobre a necessidade de se levantar um empreendimento de tal magnitude como um atlas sintático do Brasil. Os parágrafos finais deste texto não são nem uma defesa nem uma oposição a um projeto de tal natureza, mas um convite ao levantamento sistemático da questão¹⁰.

¹⁰ Essa questão da necessidade de um maior conhecimento da sintaxe dialetal brasileira também foi levantada recentemente pela professora Charlot9te Galves, no *Encontro Intermediário do Grupo de Trabalho de Teoria da Gramática* da ANPOLL (5 a 7 de julho de 2017, na UFBA), embora não tenha sido apresentada em termos da elaboração de um atlas sintático. A pesquisa que gerou o presente artigo foi motivada em parte pela questão apresentada por Galves.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Gilce de Souza. Quem te viu, quem lhe vê: a expressão do objeto acusativo de referência à segunda pessoa na fala de Salvador. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2009.
- ARAÚJO, Francisco Jardes Nobre de; CARVALHO, Hebe Macedo de. TE e LHE como clíticos acusativos de 2ª pessoa em cartas pessoais cearenses. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, p. 62-80, jan-jun de 2015.
- BARBIERS, S. et al. The Syntactic Atlas of the Dutch Dialects (SAND): a corpus of elicited speech and text as an online dynamic atlas. In: BEAL, J.; CORRIGAN, K., MOISL, H. (ed.). *Creating and digitizing language corpora*. V. 1: Synchronic Databases. 2007. p. 54-90.
- BENINCÀ, Paola; POLETTI, Cecilia. The ASIS enterprise: a view on the construction of a syntactic atlas for the Northern Italian dialects. *Nordlyd*, n. 34, p. 35-52, 2007.
- CALLOU, Dinah; BARBOSA, Afranio; LOPES, Célia. O português do Brasil: polarização sociolinguística. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: FunCultura, 2006.
- CARDOSO, Suzana; FERREIRA, Carlota. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- CAVALCANTE, Rerisson. A negação pós-verbal na região sul. Comunicação apresentada no 13º Workshop do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Universidade Federal da Bahia, 07-09 de dezembro de 2016.
- CAVALCANTE, Rerisson; BARROS, Isis. Construções de duplo objeto em dois dialetos brasileiros. *Domínios de Linguagem*, v. 6, n. 1, p.477-499, 2012.
- CERUDO, A. et al. ASinEs: Prolegómenos de un atlas de la variación sintáctica del español. *Linguamática*, v. 7, n. 2 - Dez 2015, p. 59-69.
- CHAMBERS, J. K; TRUDGILL, P. *Dialectology*. Cambridge, 1998.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. *Atlas Linguístico do Brasil: questionário 2001*. Londrina: UEL, 2001.
- DUARTE, Inês. O problema da unificação em Linguística: a resposta generativista. In: MOURA, M. D.; FARIAS, J. (Org.). *Reflexões sobre a sintaxe do Português*. Maceió: EDUFAL, 2005.

FERNANDES-SVARTMAN, Flaviane Romani. A entonação das sentenças clivadas em português brasileiro e a interface sintaxe-fonologia. *Filologia e linguística portuguesa*, n. 14, v. 1, p. 37-56, 2012.

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; SEARA, Izabel Christine. Mais sobre a entonação das sentenças com ordem VS. *Revista Letras*, Curitiba, v. 75/76, p. 171-181, 2009.

GALVES, Charlotte. Princípios, parâmetros e aquisição da linguagem. *CADERNOS de estudos lingüísticos*, Campinas, n. 29, p. 137-152, jul/dez. de 1995.

KAYNE, Richard. Microparametric Syntax: Some Introductory Remarks. In: BLACK, James R.; MOTAPANYANE, Virginia. (Org.). *Microparametric Syntax and Dialect Variation*. John Benjamin, 1996.

MOTA, Jacyra; CARDOSO, Suzana. A construção de um Atlas Linguístico do Brasil: o percurso do ALiB. *Signum: Est. Ling.*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 237-256, jul. 2009.

ROMANO, Valter; et al. [SGVCLin] – Software para geração e visualização de cartas linguísticas. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 119-151, jan./jun. 2014

SIMIONI, Leonor. Critérios sintáticos para a definição do Português Uruguaio. Comunicação apresentada no VI Congresso Internacional de Estudos Linguísticos, Universidade de Brasília, 23 -25 de agosto de 2017.

SCHER, Ana Paula. As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo. Dissertação de mestrado. Campinas (SP): Unicamp, 1996.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; CARDOSO, Daisy Bárbara Borges; LUNGUINHO,

Marcus Vinicius da Silva; SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. Reflexões sobre o imperativo em português. *D.E.L.T.A.*, v. 23, n. especial, p. 193-241, 2007.